

PL nº 5.498/2009

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que "estabelece normas para as eleições".

Emenda nº /2009

Nº 64 (Plen.)

Acrescente ao art. 36, da Lei nº 9.504/97 ---- mencionado no art. 3º, do PL nº 5.498/2009 ---- o seguinte § 5º:

“§ 5º A publicação de atos e debates legislativos de parlamentares e as declarações públicas de posições políticas de qualquer cidadão, antes do dia 5 de julho, não serão consideradas propaganda eleitoral, desde que não se mencione a possível candidatura ou se faça apelo em favor de votos ou de apoio eleitoral.”

Justificativa

A emenda que se propõe é justamente para dar aos homens públicos de um modo geral, candidatos ou não, a condição de ter a sua atuação política representativa como parlamentar garantida, sem que haja qualquer risco de ser acusado de estar fazendo ação eleitoral ilegal que, na realidade, deve ter o direito constitucional de se reunir para debater questões que digam respeito as suas atividades de representantes do povo.

O objetivo é excluir da conceituação de atos de processo eleitoral as atividades normais do parlamentar e do representante do povo dando essas garantias para que não corram riscos na visão falha dos julgadores ou dos acusadores.

O dispositivo em análise passa a vigorar com a seguinte redação:

(nº 64 - Plen.)

Art. 36. A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição.

§ 1º Ao postulante a candidatura a cargo eletivo é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor.

§ 2º No segundo semestre do ano da eleição, não será veiculada a propaganda partidária gratuita prevista em lei nem permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão.

§ 3º A violação do disposto neste artigo sujeitará o responsável pela divulgação da propaganda e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, à multa no valor de vinte mil a cinquenta mil UFIR ou equivalente ao custo da propaganda, se este for maior.

§ 4º

§ 5º A publicação de atos e debates legislativos de parlamentares e as declarações públicas de posições políticas de qualquer cidadão, antes do dia 5 de julho, não serão consideradas propaganda eleitoral, desde que não se mencione a possível candidatura ou se faça apelo em favor de votos ou de apoio eleitoral.

Sala das Comissões, em de julho de 2009.



Bonifácio de Andrada
Deputado Federal

